

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ECOTURISMO: POTENCIALIDADES E ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

José Deomar de Souza Barros¹

RESUMO: O presente trabalho consiste em um estudo sobre a relação entre Ecoturismo e Educação Ambiental – EA. Pretende-se mostrar a relevância da EA no desenvolvimento de competências na efetivação de práticas de ecoturismo voltadas à conservação da natureza. A capacidade de suporte da terra mostra de forma terminante evidências de seu esgotamento, devido à exploração excessiva dos recursos naturais do planeta. Dessa forma, torna-se imprescindível rever as bases do paradigma social dominante, caso contrário, será comprometido de forma significativa os índices satisfatórios de desenvolvimento humano e conservação ambiental. Assim a EA torna-se uma ferramenta essencial para a implantação de um turismo que atenda os preceitos do desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Recursos Naturais; Conservação Ambiental; Desenvolvimento Sustentável.

INTRODUÇÃO

Atualmente a relevância do ecoturismo na sociedade não está somente fundamentada na variável econômica, mas especialmente em seu potencial educativo e de conservação da natureza. A postura educativa do ecoturismo fundamenta-se na necessidade da conservação da natureza. Assim, sua propagação necessariamente deve estar associada ao desenvolvimento de práticas responsáveis capazes de proporcionar a participação social eficaz em

¹ Licenciado em Ciências com Habilitação em Biologia e em Química; Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Especialista em Agroecologia; Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Especialista em Ensino de Química; Universidade Regional do Cariri – URCA. Mestre e Doutorando em Recursos Naturais; Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. E-mail: deomarbarros@gmail.com.

Revbea, Rio Grande, V. 8, N° 1:42-49, 2013.

espaço de elevado interesse social, econômico e ambiental.

No âmbito do turismo sustentável identificam-se atividades predatórias aos recursos naturais assim como a cultura local. Como as perspectivas econômicas imediatistas, fonte de desarmonia nos aspectos sociais, culturais e ambientais. Conseqüentemente, a educação ambiental torna-se relevante ferramenta para efetivação do progresso sustentável no ecoturismo (GERONDI, 2005).

No entanto, algumas ponderações referentes a eficácia da EA no ecoturismo precisam ser elucidadas, refiro-me a eficiência da EA no processo de ação do consumo turístico. Questões referentes a construção de uma cidadania ambiental capaz de promover a conservação da natureza e adequação de ferramentas de EA para práticas de turismo sustentável. Estes são alguns pontos críticos que serão abordados no desenvolvimento do presente trabalho.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Educar é uma atividade complexa caracteriza-se pela dedicação na busca de criação de projetos de ação, lavando em consideração conceitos teorias, construção e reconstrução do conhecimento através da reflexão crítica de sua própria prática docente e dos currículos escolares (TRAVASSOS, 2001). A educação ambiental compõe-se de conhecimentos teóricos e práticos com o objetivo de proporcionar à compreensão e o despertar da reflexão sobre as práticas dos indivíduos. Ou seja, implementar práticas voltadas para a conservação ambiental em benefício da coletividade (BARROS; SILVA, 2010).

A educação ambiental, a partir da conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental realizada em Tsibilisi (EUA), em 1977, inicia um relevante processo em nível global proporcionando reflexões no sentido de tomar consciência sobre o valor dos bens naturais e reorientar a produção de conhecimento baseada nos métodos de interdisciplinaridade e nos princípios da complexidade. O documento produzido a partir da Conferência internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade, Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade, realizada em Tessalônica (Grécia), destacou a necessidade de implementar ações de educação ambiental fundamentada nos preceitos de ética e sustentabilidade, identidade cultural e diversidade, mobilização, participação e práticas interdisciplinares. No Brasil, essa nova prática de fazer educação vem conquistando espaço crescente devido às necessidades crescentes de conservar os recursos naturais, tendo em vista as necessidades de reverter o quadro de degradação ambiental. Através da efetivação de práticas socialmente justa, ecologicamente correta e economicamente viável, colocando em prática os preceitos do desenvolvimento sustentável, através da compreensão e da busca de novos padrões de desenvolvimento, procurando suprir as necessidades da atual geração sem comprometer as gerações futuras. As propostas de educação ambiental estão contidas principalmente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) como tema transversal,

Revbea, Rio Grande, V. 8, N° 1:42-49, 2013.

contemplando todas as disciplinas do currículo (JACOBI, 2003).

Essa modalidade de educação procura implantar novos modelos de valores e práticas, fundamentada em uma postura crítica e democrática, contribuindo assim para a construção da cidadania, buscando contribuir assim com a sensibilização para as questões ambientais. Essa educação influencia diretamente o modo de viver da sociedade, desenvolvendo os hábitos de responsabilidade, de respeito com os homens e com os outros componentes da natureza, preservando de forma consciente os recursos naturais e respeitando os ciclos de renovação e reciclagem natural (FUNICELLI; STORI, 2008).

A educação sozinha não muda o mundo, mas pode influenciar na mudança de hábitos das pessoas, esse tipo de educação ocupa um espaço relevante de construção social e ambiental, contribuindo na construção de sociedades sustentáveis que congregue a preservação ambiental com a justiça social (TELES, 2010). Esse processo possibilita reflexões por parte dos educadores e educandos, permite assim que os mesmos desenvolvam hábitos saudáveis de convivência social e ambiental, tomando responsabilidade nas suas ações cotidianas (SATO; MEDEIROS, 2004).

A educação ambiental articulada com as práticas sociais favorece a produção sistêmica de conhecimentos, envolvendo um conjunto crescente de atores sociais, potencializando o engajamento e a aplicação da interdisciplinaridade. Em uma busca constante de alternativas sustentáveis para o desenvolvimento socioambiental (JACOBI, 2003). De acordo com Leff (2001) não é possível resolver os problemas sociais e ambientais da humanidade, e/ou mitigar os efeitos dessa degradação, produzida pelo sistema de racionalidade vigente, baseada no modelo econômico de desenvolvimento atual (FARIAS, 2005).

MEIO AMBIENTE E TURISMO

A crise socioambiental promoveu uma sensibilização da sociedade em relação as questões de ordem ambiental, pelo fato que o paradigma social dominante não consegue resolver problemas ambientais (complexo) através do desenvolvimento tecnológico. Assim, o destino da humanidade depende da relação constituída entre a natureza e o uso pelo homem dos recursos naturais disponíveis. Dessa forma, práticas voltadas para o turismo sustentável devem ser cuidadosamente planejadas para que esta possibilidade de utilização racional dos recursos naturais não se configure um modelo baseado na produção industrial, baseado na racionalidade capitalista de obtenção de renda através da depleção dos ecossistemas (COSTA; COLESANTI, 2002).

Dessa forma, muitas experiências voltadas para o ecoturismo têm sido caracterizadas por modificações profundas no meio natural. Neste sentido, pode-se constatar que em geral o turista não apreendeu ainda a concepção de consumo racional, passando a adotar práticas cujas funções são exigida pelo modelo, ou seja, adoção de uma postura consumista, individualista,

Revbea, Rio Grande, V. 8, Nº 1:42-49, 2013.

intensificando assim a ação antrópica sobre o meio (SANDEVILLE-JR; SUGUIMOTO, 2006).

Mas, gradualmente a humanidade tem construído uma racionalidade ambiental caracterizada pelo uso racional dos recursos naturais. Neste sentido, o setor de turismo é um dos que mais tem desenvolvidos nos últimos anos. Está ligado diretamente ao meio ambiente, sendo eficaz no processo de democratização na exibição do patrimônio natural e cultural, no qual a natureza é o produto a ser comercializado. Se não for planejado corretamente, acaba-se convertendo num fator de poluição e destruição (SILVA, 2010).

Neste sentido, o turismo precisa adotar meios capazes de promover a compatibilidade entre o uso com a proteção do meio ambiente. Assim, pode-se adotar normas capazes de minimizar os impactos desta atividade, diminuição ou banimento dos produtos danoso ao meio ambiente natural, não interferência nos costumes e tradições da população local e adotar medidas capazes de proporcionar a preservação de áreas protegidas ou ameaçadas (COSTA; COLESANTI, 2002).

Atualmente o planejamento do progresso do turismo através do ponto de vista do Desenvolvimento Sustentável, apresenta-se como a forma preventiva ideal para proteção dos meios frequentados, resguardando a natureza, proporcionando comodidade e satisfação ao turista sem atacar a originalidade das comunidades (OLIVEIRA, 2011).

Não se pode negar que o impacto do turismo sobre o meio ambiente é inevitável, então o que se pode fazer é conservar a atividade dentro dos limites admissíveis, para que não ponha em risco o meio, ocasionando estragos irreversíveis, deste modo os visitantes poderão desfrutar melhor do lugar. Além disso, é de suma importância ressaltar que o turismo não é o único vilão deste artifício de transformação ambiental, porquanto existem outros procedimentos econômicos que também colaboram para as modificações ambientais advindas nos destinos turísticos (SILVA, 2010).

Deste modo, é lacônico que se deixe de organizar tanto os lugares visitados e se influa a preparar os indivíduos para conhecerem as áreas, já que estas, na maioria das vezes, não possuem uma formação adequada, logo não saberão considerar o ambiente visitado. Fazem-se indispensável instituir novas formas de pesquisa dos recursos, especialmente os naturais para fins turísticos (FARIAS, 2005).

RELAÇÕES ENTRE O ECOTURISMO E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O ecoturismo caracteriza-se por uma espécie de viagem realizada em meio à natureza, que emprega predominantemente recursos naturais como forma de atração turística, os quais se organizam como matérias-primas para o progresso do ecoturismo. Trata-se de um movimento turístico recente, que tem obtido relevâncias tanto econômicas, sociais, culturais quanto ambientais (OLIVEIRA, 2011).

Portanto, o ecoturismo é visto como opção para o incremento da localidade, assim como, instrumento de conservação por proporcionar receitas advindas das prováveis taxas pagas pelos turistas. O meio ambiente deve ser preservado e mantido longe dessa lógica capitalista, são considerado o potencial atrativo desta, por valorizarem o patrimônio ambiental, independentes das dinâmicas culturais locais (PEDRINI, 2007).

Existe uma multiplicidade de termos e conceitos abordados sobre o turismo na natureza, abrangendo uma multiplicidade de atividades (ALEXANDRE; SANTOS, 2008). Entretanto, a despeito de toda essa diversidade de atividades e de todas as modificações de termos cabe destacar que o ecoturismo enquanto prática alternativa de turismo aparece no contexto das modificações mais gerais da sociedade ocidental que tem sido identificada como a passagem da modernidade à pós-modernidade. Desvenda um contexto sócio cultural que distingui as viagens à natureza do ecoturismo, enquanto um desdobramento do ambientalismo e uma amostra de comércio (MATTOS, 2005).

O ecoturismo começou a ser conceituado por viagem em áreas naturais que se localizam relativamente sem distúrbios ou contaminação com o objetivo específico de estudar, contemplar e usar de forma adequada a paisagem juntamente com suas plantas e animais silvestres, assim como qualquer manifestação cultural (passada ou presente) que ocorra nestes lugares (BRASIL, 2010).

No Brasil as debates oficiais e governamentais sobre ecoturismo iniciaram em 1985, mas é em 1987 que é instituído o Projeto de Turismo Ecológico com o intuito de coordenar e compreender o segmento e as atividades do mesmo. No ano de 1994, após pesquisas e análises de um Grupo de Trabalho Interministerial, construiu um documento intitulado: 'Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo'. Definiu o ecoturismo como um segmento da atividade turística que emprega, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, estimula sua conservação e investiga a constituição de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente. Promove o bem-estar das populações envolvidas que caracterizam o ecoturismo como crescente nicho de mercado no maior âmbito de viagens, com o potencial de ser um importante instrumento no desenvolvimento sustentável. Com isso, define o ecoturismo por meio de seus resultados para o desenvolvimento sustentável, que são a conservação de extensões naturais, educando visitantes sobre a sustentabilidade e favorecendo a população local (OLIVEIRA, 2011).

Essas definições são aplicadas para uma maior apreensão do ecoturismo nessa análise por apreender que as mesmas resumem os princípios, os valores e as características desse tipo de viagem. São nítidas algumas das características, dos componentes e dos princípios que estão compreendidos no termo e na atividade de ecoturismo. Destaca-se a educação, a inclusão da comunidade local, o apoio à conservação ambiental e a sustentabilidade (BRASIL, 2010).

Revbea, Rio Grande, V. 8, Nº 1:42-49, 2013.

Para uma concepção mais ampla do conceito de sustentabilidade é imprescindível analisá-lo sob seus vários campos de atuação – ambiental, econômico, cultural, político nacional, político internacional, territorial ou espacial, social e ecológico. Deste modo, o desenvolvimento inteiro da atividade ecoturística necessita da conexão desses critérios a um elemento educativo, responsável por orientar as práticas e garantir efetivamente a adoção de uma postura sustentável (LAYRARGUES, 2004).

No Brasil, o documento Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, estabeleceu ações com suas devidas táticas de desempenho, para atender ao objetivo de nortear o desenvolvimento do ecoturismo, assegurando ao meio ambiente uma ferramenta de valorização dos recursos naturais, sendo que em meio a essas ações o ecoturismo foi identificado como um mecanismo de educação ambiental (OLIVEIRA, 2011).

Dentre os atos e estratégias expostas para a dissolução desse problema está à ação nomeada de Conscientização e informação ao turista, que tem por desígnio divulgar aos turistas atividades essenciais ao produto ecoturístico e encaminhar a conduta adequada nas áreas visitadas e propõe como táticas apoiar programas de educação ambiental formal, em todos os níveis, de maneira interdisciplinar. Contudo, deve-se ressaltar que o ecoturismo é desenvolvido e realizado em áreas supostamente naturais, que abrange espaços caracterizados dos ambientes da educação ambiental formal (escolar) e que prescindem do desenvolvimento da educação ambiental como um formato de potencializar a sustentabilidade da atividade, incorporando-se como um instrumento à ação do planejamento ecoturístico, sendo competente elucidar valores e postura comportamentais, envolvidas com o meio ambiente natural (RODRIGUES, 2003).

Esse tema torna-se especialmente relevante, pois uma experiência verdadeiramente ecoturística além de carecer do meio ambiente natural como panorama, dos atrativos naturais e culturais, depende do empenho com o manejo, a conservação e a sustentabilidade dos espaços através da participação eficaz de comunidades locais, por meio da propagação de uma consciência ecológica proporcionada pela educação ambiental (CAVALCANTE, 2009).

Em suplemento ao exposto, ressalta que a educação para e com o meio ambiente, não é nova e principia-se a partir do século XVIII. Assim como insistia na eficiência do meio ambiente como uma estratégia de aprendizagem, de onde se via a natureza diversamente de algo a ser conquistado e dominado. Por isso, as histórias de meio ambiente e educação ambiental articulam-se e por vezes confundem. A história brasileira retrata a percepção da natureza e do meio ambiente enquanto nascente de recursos infinitos, pois não se tem uma cultura ou anseio de preservação. Desse modo, a educação ambiental deve ser recriada, avaliando-se a convivência coletiva e a afinidade da sociedade perante o mundo, ou seja, deve-se analisar a educação ambiental como um conjunto de conexões sociais que produzem a dinamicidade do mundo (ARAÚJO; SILVA, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, as fundamentais diretrizes da educação ambiental assinalam a necessidade urgente de que sejam adotadas políticas educacionais abrangentes, através de ações que ampliem valores, habilidades, aptidões; fomentem a capacitação técnica e moral que possibilite a preparação de um código comportamental de acordo com as leis da natureza. E com isso consigam solucionar problemas ambientais e melhorar a qualidade de vida. Independentemente das políticas educacionais o intuito da educação ambiental é fazer com que os cidadãos apresentem consciência do meio ambiente e se preocupem por ele porque se sentem parte dele.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, L.M.M.; SANTOS, É.G. A educação ambiental e o ecoturismo: um binômio necessário. **Revista Nordestina de Ecoturismo**, v.1, n.1, p.52, 2008.

ARAÚJO, S.M.S. de; SILVA, E.L. Ecoturismo, desenvolvimento sustentável e planejamento: política brasileira e potencialidades do Sertão Paraibano. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 6, n. 3, p. 64-72, 2006.

BARROS, J.D.S.; SILVA, M.F.P. Educação Ambiental na educação de jovens e adultos em Cachoeira dos Índios-PB. **Educação Agrícola Superior**, v. 25, p. 79-83, 2010.

BRASIL. **Ecoturismo**: orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 96 p.

CAVALCANTE, M.B. Ecoturismo no bioma Caatinga: o caso do Parque Estadual da Pedra da Boca, Paraíba. **Revista Nordestina de Ecoturismo**, v.2, n.1, p.25-38, 2009.

COSTA, A.F.M.; COLESANTI, M.T.M. Turismo rural e educação ambiental desenvolvimento sustentável para o espaço rural do Município de Tupaciguara. **Revista Caminhos de Geografia**, v. 3, n.5, p. 1-8, 2002.

FARIAS, I.F. Ecoturismo: etnodesenvolvimento e inclusão social no Amazonas. **Revista de Turismo y Patrimônio Cultural**, v.3, n. 1, p. 63-77, 2005.

FUNICELLI, A.C.; STORI, N. Desafios Frente ao Processo Educativo: Considerações Gerais. **Revista Educação**, v.3, n.1, p. 35 – 43, 2008.

GERONDI, G. Ecoturismo e sistemas de gestão ambiental: medidas corretivas estão sendo tomadas nos hotéis ecológicos da Serra do Japi / SP. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 5, n. 2, p. 63-72, 2005.

JACOBI, P. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, 2003.

Revbea, Rio Grande, V. 8, Nº 1:42-49, 2013.

LAYRARGUES, P.P. A função social do ecoturismo. **Boletim Técnico do Senac**. V. 30, n.1, p. 39-45. 2004.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001. 239p.

MATTOS, F.F.; IRVING, M.A.. Delta do Parnaíba nos rumos do ecoturismo: um olhar a partir da comunidade local. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 3, n. 4, p. 23-35, 2003.

OLIVEIRA, C.F. Ecoturismo como prática para o desenvolvimento socioambiental. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v.4, n.2, p.184-195, 2011.

PEDRINI, A.G. A Educação Ambiental no Ecoturismo Brasileiro: Passado e Futuro. *In*: SEABRA, G. (Org.) **Turismo, identidade cultural e desenvolvimento local**. João Pessoa: Editora UFPB, 2007.

RODRIGUES, A.B. (org.). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003. 136p.

SANDEVILLE-JR, E.; SUGUIMOTO, F.T. Ecoturismo e (Des)Educação Ambiental. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v.3, n.1, p.47-60, 2010.

SATO, M.; MEDEIROS, H. O verde e amarelo da educação ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v.1, n. 1, p. 108 – 111, 2004.

SILVA, C E. Proposta de monitoramento integrado da Educação Ambiental e do Ecoturismo em Unidades de Conservação de Sergipe. **Revista Nordestina de Ecoturismo**, v.3, n.2, P.31-49, 2010.

TELES, A.M.O. A dimensão subjetiva na educação ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 5, n.1, p. 55-61, 2010.

TRAVASSOS, E.G. A educação ambiental nos currículos: dificuldades e desafios. **Revista de Biologia e Ciência da Terra**, v. 1, n. 2, P. 1-11, 2001.